

OBRIGAÇÃO SINDICAL

ROGÉRIO PENINHA
MENDONÇA
Deputado federal (PMDB-SC)



Em 1942, antes mesmo da edição da Consolidação das Leis do Trabalho, foi estabelecido um novo imposto para o trabalhador. De caráter nitidamente intervencionista, o imposto sindical, instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, corresponde a um dia de trabalho e é devido por todos os trabalhadores, independentemente de filiação a sindicato.

O Brasil passou por várias transformações desde a ditadura de Vargas – três Constituições e até mesmo uma outra ditadura se sucederam. Em 1988, uma pretensa liberdade sindical foi instituída. Nada, porém, foi capaz de extirpar da vida do trabalhador brasileiro a contribuição sindical obrigatória, como atualmente se denomina o mesmo imposto sindical criado por Getúlio Vargas.

Até hoje, um dia de trabalho é descontado do trabalhador todos os anos, valor que é entregue ao sindicato, independentemente de filiação ou de qualquer atuação em favor da categoria. Trabalhadores autônomos, profissionais liberais e empregadores também são obrigados ao pagamento

A contribuição obrigatória representa o que há de mais atrasado no Brasil

anual, em valores livremente estipulados pelas confederações nacionais, uma vez que o texto defasado da CLT ainda se refere ao “maior valor de referência”, indexador extinto há décadas.

É preciso que o Congresso Nacional volte os olhos para essa questão, que prejudica milhões de brasileiros, mas também é extremamente danoso para o movimento sindical, composto por milhares de entidades fracas, acomodadas e sem representatividade. A contribuição sindical representa o que há de mais atrasado no Brasil. Não importa se a atuação é boa ou ruim, o sindicato tem o monopólio da representação e a garantia de arrecadação.

É preciso que o Parlamento se debruce sobre essa matéria com urgência e cuidado, a fim de discutir e construir, sem ideologias e sem paixões, uma nova face para o movimento sindical brasileiro. É necessário elaborar uma nova forma de organização, com uma liberdade sindical real, e não a fictícia, prevista no contraditório artigo 8º da Constituição Federal.